

# TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A INTELIGÊNCIA DE ESTADO: REALISMO E LIBERALISMO

*INTERNATIONAL RELATIONS THEORIES AND STATE INTELLIGENCE: REALISM AND LIBERALISM*

*TEORÍAS DE LAS RELACIONES INTERNACIONALES Y LA INTELIGENCIA DE ESTADO: REALISMO Y LIBERALISMO*

Rodolfo de Oliveira Feitoza<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo aborda as ações das agências de inteligência a partir dos estudos das relações internacionais, especificamente das perspectivas teóricas do realismo e do liberalismo. Os Estados agem de maneira específica — isto é, não operam por decisões meramente intuitivas, vagas — no âmbito das relações internacionais, em função de um posicionamento privilegiado a respeito dos concorrentes. Portanto, os serviços secretos de cada Estado devem entender e se basear no comportamento de políticas externas, bem como conforme a visão de mundo de seus governantes, a fim de promover ganhos e reduzir perdas nesse cenário anárquico. Sendo assim, analisaremos as ações e precauções às quais as agências de inteligência do Estado podem recorrer segundo ambas as teorias mencionadas anteriormente. Este estudo demonstra vários artifícios que os Estados usam para se destacar internacionalmente, porém, tais ações convergem ao ponto de vista dos governantes, em uma perspectiva mais realista ou mais liberal.

**Palavras-chave:** Inteligência; relações internacionais, interferência externa.

## Abstract

This article approaches intelligence agencies' actions International Relations studies perspective, specifically from Realism and Liberalism theoretical perspectives. States act in specific ways — i.e., they do not operate by merely intuitive, vague decisions — in international relations because of a privileged positioning relative to competitors. Therefore, the intelligence services of each state must understand and base themselves on foreign policies' behavior, as well as on their rulers' worldview, to promote gains and reduce losses in an anarchic scenario. Thus, we will analyze the actions and precautions that state intelligence agencies can take according to both theories mentioned here. This study demonstrates various artifices that states use to stand out internationally, but these actions converge to their rulers' point of view, in a more realistic or more liberal perspective.

**Keywords:** intelligence; International Relations; foreign interference.

## Resumen

Este artículo trata las acciones de las agencias de inteligencia a partir de los estudios de las relaciones internacionales, específicamente desde las perspectivas teóricas del realismo y del liberalismo. Los Estados actúan de manera específica — es decir, no operan por decisiones meramente intuitivas o vagas — en el ámbito de las relaciones internacionales, en función de una posición privilegiada respecto a la competencia. Por lo tanto, los servicios secretos de cada Estado deben entender y fundamentarse en el comportamiento de políticas externas, así como en la visión del mundo de sus gobernantes, con la finalidad de potenciar ganancias y reducir pérdidas en ese escenario anárquico. De ese modo, analizaremos las acciones y cuidados a los que las agencias de inteligencia del estado pueden recurrir según ambas teorías mencionadas anteriormente. Este estudio demuestra varios artificios que los estados utilizan para proyectarse internacionalmente, sin embargo, tales acciones convergen hacia el punto de vista de los gobiernos, en una perspectiva más realista o más liberal.

---

<sup>1</sup> Pós-graduação em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública pela INASIS, Graduado em Relações Internacionais pela UNITER. E-mail: rodolfoliveira@yahoo.com.br

**Palabras-clave:** Inteligencia; relaciones internacionales, interferencia externa.

## 1 Introdução

Em todo instante, ao ler um jornal, assistir televisão ou ver notícias na internet somos bombardeados por inúmeras referências a conflitos internacionais, por vezes em países dos quais nem sabemos a localização geográfica.

Como entender esses conflitos? Como os serviços de inteligência atuam nesse cenário tão complexo? As teorias das relações internacionais são instrumentos para análise e compreensão necessárias às respostas destas perguntas. Propomos entender um pouco dessas teorias.

O foco deste artigo, exploratório, está nas ações das agências de inteligência segundo as teorias das relações internacionais (RI), exclusivamente o realismo e o liberalismo. Quando percebemos que os Estados agem de maneira específica no âmbito das relações internacionais, não por decisões meramente intuitivas, inadvertidas, deduz-se que sua política externa é planejada e pensada para que se mantenham em vantagem e fortes no cenário internacional, em função de um posicionamento privilegiado em relação aos demais. Assim sendo, duas teorias se destacam nesse contexto de anarquia nas relações internacionais, o realismo e o liberalismo, que pautam as ações dos Estados e suas relações.

Destarte, os serviços secretos de cada Estado devem entender e se pautar de acordo com as ações de políticas externas e a visão de mundo de seus governantes. Em seu artigo, Vladimir de Paula Brito (2015) nos mostra a diferença de visão política entre Democratas e Republicanos nos Estados Unidos em relação à política externa, que consequentemente atingem os serviços secretos e suas ações externas, demonstrando que o realismo ou o liberalismo podem ser uma linha de pensamento de um Estado de acordo com seus governantes.

Trazer à tona essa realidade se justifica pela importância de compreendermos como as agências de inteligência devem se portar perante essas duas teorias e de que maneira o Estado utiliza seu serviço de inteligência para promover ganhos e minimizar perdas nesse cenário anárquico.

Os Estados sempre buscam a melhor maneira de se posicionar no “tabuleiro” internacional. Para tanto, precisam de informações relevantes, de modo que se adéquem às diferentes exigências do contexto. O impacto dessas informações se observa quando os Estados se aliam ou se armam, a depender dos fatores que os cercam, das informações disponíveis e dos

interesses em jogo. É necessário reconhecer a importância das agências de inteligência na aplicação da política externa, seja de uma maneira mais intrusiva ou não.

Analisaremos as ações dessas agências de inteligência considerando o Realismo, mais intrusivo e manipulativo, e o Liberalismo, mais persuasivo e cooperativo. Abordamos o que é uma agência de inteligência e suas funções no aparato do Estado, bem como o que são o realismo e o liberalismo nas teorias de relações internacionais. Em seguida, relatamos as ações dos serviços secretos nas duas teorias.

Precisaremos também compreender as seguintes ações pouco difundidas à população em geral: desinformação, *deception*, operações psicológicas, propaganda e operações encobertas.

Este estudo consiste em pesquisa aplicada de caráter exploratório e os resultados serão apresentados qualitativamente, a partir da coleta de dados e informações de fontes secundárias, utilizando livros, artigos e periódicos para promover uma análise mais robusta das relações entre os Estados, as agências de inteligência e as teorias das relações internacionais.

## **2 Atividade de inteligência e serviços secretos**

A busca de informações relevantes e privilegiadas sempre foi algo almejado pelo homem desde a Antiguidade, pois o conhecimento é crucial para irmos à guerra ou investirmos na bolsa de valores. Por exemplo, ter informações de quando, onde e quantos inimigos enfrentará é um diferencial em diversas batalhas. Obter essas informações se tornou algo essencial para um Estado ou uma empresa se sobressaírem aos seus adversários ou concorrentes. Podemos dizer que os serviços secretos prestaram e ainda prestam um serviço fundamental para suas nações. É difícil definirmos o início da atividade de inteligência na história, contudo, Cepik (2003) diz que os primeiros serviços de inteligência surgiram na Europa no século XVI. A base dos serviços de inteligência ou serviços secretos é o tripé diplomacia, guerra e segurança interna. Cada uma dessas modalidades se desenvolveu de maneira particular e em períodos distintos. A inteligência externa se originou da diplomacia e hoje temos como exemplo a CIA<sup>2</sup>, o MOSSAD<sup>3</sup> e o MI6<sup>4</sup>. Este tipo de inteligência se desenvolveu conjuntamente aos serviços diplomáticos europeus. Segundo Cepik (2003), desde

---

<sup>2</sup> *Central Intelligence Agency* dos EUA ou Agência Central de Inteligência, que tem como foco principal investigar e fornecer informações de segurança nacional para Presidente e para o seu gabinete

<sup>3</sup> O serviço secreto de Israel, fundado em 13 de dezembro de 1949, a partir do Instituto Central de Coordenação e do Instituto Central de Inteligência e Segurança.

<sup>4</sup> Agência britânica de inteligência que fornece ao governo informações estrangeiras.

1573 a Inglaterra tem uma secretaria cujo objetivo é obter informações e notícias sobre o mundo para informar o governo. Tais informações não eram exclusivamente secretas e os governos incentivavam seus representantes em outros países a buscar informações, com autorização para recrutar espões e interceptar mensagens quando necessário.

O desenvolvimento e a separação do serviço de inteligência e da diplomacia foi lento, demorado. Em 1939, a França ainda disponibilizava recursos a seu embaixador em Berlim para comprar informações. Hoje em dia é possível afirmar que, em sua maioria, os serviços diplomáticos não executam operações de coletas de dados, feita por serviços de inteligência do respectivo país. Em alguns casos, os serviços diplomáticos recebem informações colhidas pelos serviços de inteligência para tão-somente analisá-las, como ocorre com o *Bureau of Intelligence and Research*<sup>5</sup> (CEPIK, 2003).

A inteligência militar se originou nos primórdios da guerra, encontrada em episódios bíblicos, por exemplo, nos doze espias enviados por Moises a Canaã e os dois enviados por Josué à Jericó<sup>6</sup>. Alguns generais usavam como armas as informações obtidas, a exemplo de Alexandre, o Grande, que preparava seu exército de acordo com as informações que recebia de seus espões (RODRIGUES, 2007).

Outro líder militar que utilizou inteligência para obter sucesso em suas empreitadas foi Napoleão Bonaparte, cujo exército tinha uma divisão encarregada de coleta e análise de dados dos inimigos (CEPIK, 2003). Atualmente, as inteligências militares espalhadas no globo comportam o maior número de analistas e operadores em praticamente todos os países, dado que, somados os três ramos das Forças Armadas e de outros comandos integrados, revela um gigantesco poder de gerar informação e conhecimento.

A terceira base do tripé, a inteligência interna ou doméstica, concentra-se em questões intestinas de segurança. Esta é a raiz dos serviços de inteligência policial modernos, adaptou-se e evoluiu da inteligência externa e militar. Os vários grupos terrorista e insurgentes que apareceram em meados do século XIX preocuparam os governantes em relação à instabilidade interna da sua nação. Com o passar do tempo, essa inteligência se integrou à atividade policial, hoje conhecida no Brasil como inteligência de segurança pública.

---

<sup>5</sup> Agência de inteligência do Departamento de Estado dos Estados Unidos cuja missão principal é fornecer inteligência e análise de todas as fontes para diplomatas americanos. É a agência de inteligência civil mais antiga da Comunidade de Inteligência dos Estados Unidos, bem como uma das menores, com cerca de 300 funcionários. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Bureau\\_of\\_Intelligence\\_and\\_Research](https://en.wikipedia.org/wiki/Bureau_of_Intelligence_and_Research). Acesso em: 1º nov. 2022.

<sup>6</sup> Duas passagens Bíblicas que relatam envios de espões para analisarem o local onde o povo hebreu passaria. Tais relatos se encontram em qualquer bíblia católica ou evangélica nos livros de Números, capítulo 13, e de Josué, capítulo 2, respectivamente.

Com anos de evolução e adaptação, os serviços secretos desenvolveram uma gama de instrumentos e técnicas. Atualmente, é possível afirmar que a inteligência é essencial para aqueles que buscam vantagem no cenário internacional.

Este trabalho tem como foco a inteligência externa e as inteligências militares, por atuarem fora das fronteiras de seus países e auxiliarem seus governos na elaboração e execução da política externa.

Analisaremos algumas técnicas utilizadas por esses serviços secretos que auxiliam a política externa do seu país, influem e interferem nas decisões e na população do país-alvo. Devido à complexidade do tema e ao objetivo do trabalho, falaremos agora, de modo conciso, sobre desinformação, *deception*, operações psicológicas, propaganda e operações encobertas.

A desinformação aparece na mídia constantemente, por vezes comparada às *Fake News*, outras retratadas como mentira deliberada. No entanto, o que é desinformação quando apreciamos com o olhar do serviço de inteligência? A desinformação pode ser conceituada e analisada de três formas: ausência de informação, informação manipulada e engano proposital (BRITO, 2015).

A ausência de informação é “ausência de cultura ou de competência informacional, impossibilitando que o usuário localize por si mesmo a informação que necessita, não chegando, portanto, às suas próprias conclusões.” (BRITO, 2015, p. 56). Isto nos mostra que o sujeito não tem acesso ao conteúdo integral porque estaria recebendo somente parte das informações, de modo que não pode compreendê-las totalmente.

Podemos conceituar a informação manipulada como uma gama de informações que servem para alienar, persuadir e impor dominação política e ideológica sobre o indivíduo que a recebe, como Demo (2000) explica em seu trabalho: “é já comum a queixa de que estamos entupidos de informação, cercados de um bombardeio do qual já não temos qualquer controle. **Na verdade, pensamos que se trata de informação, mas na verdade trata-se de manipulação sibilina**” (grifo nosso). O autor continua a explicação mostrando que a publicidade é feita para manipular e mudar nossa concepção de mundo, porquanto “a questão mais dura refere-se ao processo manipulativo por vezes ostensivo que a sociedade da informação nos impinge. Basta olhar para a lógica do *advertising*: seu objetivo é claramente manipular nossas motivações, atingindo, de preferência, níveis subliminares.” (DEMO, 2000, p. 39).

Engano Proposital, segundo Brito (2015, p. 59), “é considerada uma ação proposital para desinformar alguém, de maneira a enganá-lo.”. Ele diz ainda que “[...] o emprego desse recurso por parte dos governos no terreno das disputas internacionais” e “o objetivo de Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 50-67, jul./dez.2022

influenciar a opinião de alguém mediante a deturpação da verdade.”. O engano proposital pode ser considerado algo planejado e trabalhado com um objetivo claro para atingir um alvo específico.

A desinformação é um instrumento utilizado pelos serviços de inteligência, pois não é tão simples detectá-la e descobrir sua origem, especialmente diante da diversidade de recursos tecnológicos e mídias sociais atualmente.

A *deception* é uma ação difícil de perceber e raramente aparece ao público em geral. Isto, por vezes, pode dificultar um pouco o entendimento, o treinamento e a explicação sobre o tema. Como nos diz Brito (2015), as “operações de decepção são muito difíceis de serem demonstradas com o intuito de treinamento, sendo invisíveis a maior parte do tempo” (DUNNINGAN; NOFI, 2001, p. 07 apud BRITO, 2015, p. 66). Quando lemos a palavra “*deception*”, automaticamente a traduzimos como decepção, porém, o sentido na língua portuguesa é diferente. Decepção tem um sentido mais cotidiano e nos leva a pensar em algo que envolva sentimento. O significado extraído do dicionário on-line induz a isto: “sentimento de desgosto, de mágoa ou de desalento; sensação de tristeza; circunstância emocional de melancolia; ausência de alegria”<sup>7</sup>.

Contudo, *deception* é a “[...] distorção da realidade em que se esconderia o real e se mostraria o falso” (BELL; WHALEY, 2010, p. 48 apud BRITO, 2015, p. 117). Logo, seria ato deliberado de enganar seu adversário, porém, com intuito claro, isto é, não ocorre gratuitamente. Importa dizer que o engano serve para induzir seu adversário a fazer algo que você deseje, como, por exemplo, uma mudança na posição das tropas no campo de batalha. A ação é totalmente calculada em detalhes.

Alguns autores e estudiosos dividem a *deception* em duas categorias: dissimulação e simulação. A dissimulação é dividida em três ações; a primeira é o *Mascaramento*, com o intuito de se camuflar e se ocultar no meio em que se está inserido. O segundo conceito é o de *Reempacotamento*, mudança de um objeto para induzir o adversário que é outro, como a própria palavra sugere, é empacotar novamente, alterando o significado. Por fim, temos o *Ofuscamento*, que seria dificultar para o adversário o entendimento do que vê.

Da mesma forma, a simulação é dividida em três pontos: a *Imitação*, que é replicar algo, por exemplo, aumentar o número de soldados colocando prisioneiros disfarçados como soldados; a *Invenção*, que é criar algo diferente, como montar equipamentos como tanques e

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.dicio.com.br/decepcao/>. Acesso em: 1º nov. 2022.

carros de combate de plástico para induzir ao erro; e o *Chamariz*, que consiste em armar uma emboscada ao chamar a atenção adversária para determinado ponto enquanto ataca outro.

As operações de *deception* são, em geral, de longo prazo e muito complexas, por ser necessário compreender seu adversário, sua cultura, suas vontades, seus anseios e seu poderio militar. É preciso conhecer a visão de mundo dos seus políticos e líderes militares e como reagem a determinados estímulos. Isto requer dos serviços de inteligências buscar dados para somente depois planejar e executar uma operação de *deception*, as quais exigem um objetivo bem-definido cujo foco é induzir o adversário a fazer o que você quer, não unicamente pensar na possibilidade à qual foi induzido. Um grande expoente nessas operações foi o oficial das forças Britânicas Dudley Clarke, fundador da Força “A”, executando operações no norte da África (1941 e 1943) e durante toda a II Guerra Mundial.

As operações psicológicas são parecidas com as de *deception*, porém, têm um caráter mais abrangente e seu objetivo principal é diminuir o ímpeto adversário para continuar a batalha. Logo, sua ação visa mudar a opinião da sociedade ou de um grupo específico dela para beneficiar o executor da técnica. Para isto, utilizam-se vários recursos, como panfletos, boatos, propagandas, etc. Brito (2015) considera perceptível a diferença entre ações de *deception* e psicológicas, porquanto uma está para enganar o general inimigo, enquanto a outra está para mudar a percepção da população.

Brito (2015) cita alguns princípios dessa técnica: uso da verdade; seleção do alvo; clareza política; função de comando; contexto cultural; organização coerente; profundo planejamento; inteligência corrente ou operacional. Entre as ações táticas e operacionais dessa técnica estão: a culpa; ostracismo; vinculação; dissuasão mediante crueldade e determinação; prejuízo político; força; síndrome do novo capítulo; “descascar a cebola” e infiltração semântica.

Até aqui vimos inúmeros fundamentos para o trabalho dos serviços de inteligência de um Estado, mas não será possível abordá-los detalhadamente neste trabalho. Contudo, entendemos que a complexidade das operações psicológicas requer pessoal qualificado para executá-las.

O evento bíblico da guerra entre os Hebreus e os Midianitas é um bom exemplo de operações psicológicas. Gideão, líder hebreu, conseguiu expulsar aproximadamente 135 mil soldados midianitas com apenas 300 homens. O pequeno exército utilizou tochas e buzinas para afugentar o inimigo e ter êxito na batalha<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Essa passagem está descrita em Juízes 7; 8; 9 da Bíblia.

Alexandre, o Grande, também utilizou tais artifícios táticos e operacionais de dissuasão, assegurando que quem colaborasse não teria sua cidade destruída e nem uma morte violenta e cruel. Assim, Alexandre conquistou algumas cidades sem precisar batalhar, apenas recorrendo a uma arma psicológica.

Para entendermos basicamente o método de uso dessa ferramenta, começaremos com a *Sugestão Direta* e a *Sugestão Indireta*, a primeira direcionada ostensivamente à ação que se deseja realizar, enquanto a última empreende uma campanha de desinformação para motivar e sugerir à sociedade a agir de determinado modo.

A *Propaganda* é dividida em branca, negra e cinza. A branca parte de uma fonte conhecida e recorre a informações verdadeiras, ainda que parcialmente. A negra utiliza fonte oculta e suas informações são um meio para desinformar, mentir e manipular. A cinza absorve características das duas anteriores, de modo que ora informa, ora desinforma, a depender do contexto que deseja manipular.

Tais estratégias não são utilizadas somente em guerra, mas também em tempos de paz para induzir a população do país-alvo a determinado comportamento.

As operações encobertas são de difícil detecção pelo teor e pela execução. Segundo Cepik (2003, p. 61):

Operações encobertas são utilizadas por um governo ou organização para tentar influenciar sistematicamente o comportamento de outro governo ou organização através da manipulação de aspectos econômicos, sociais e políticos relevantes para aquele ator, numa direção favorável aos interesses e valores da organização ou governo que patrocina a operação.

As ações encobertas recebem nomes diferentes, como “medidas ativas” (URSS), “ações clandestinas” (França), “ações políticas especiais” (Britânicos) e “operações clandestinas” (Brasil). Apesar de nomes diversos, suas ações são ligadas às agências de inteligência e agem, principalmente, fora de suas fronteiras.

As características das operações encobertas são o “[...] caráter instrumental para implementação de políticas e o requisito de plausibilidade da negação da autoria” (CEPIK, 2003, p. 61). Essas ações influenciam fortemente a política interna do país-alvo, bem como é difícil descobrir sua origem. Cepik (2003) também sugere uma divisão em quatro tipos de operações encobertas, a saber:



1. Apoio a grupos preexistentes. Neste caso, pode envolver financiamento, fornecimento de armas e munições. Pode se estender em apoio a guerra subterrânea, operações paramilitares, guerrilhas, campanhas de contrainsurgência ou terrorismo.
2. Apoio a golpe de Estado, assassinato de líderes, sabotagem, incursões militares irregulares e atos terroristas.
3. Sabotagem econômico-política e fornecimento de assistência a partidos políticos, organizações não governamentais, meios de comunicação, entre outros.
4. Conjunto de medidas para influenciar as percepções de um governo ou da sociedade por meio de agentes de influência, desinformação, falsificação de dinheiro ou documentos, propagandas e operações encobertas.

Podemos citar vários exemplos dessas ações na história: o bombardeio secreto dos EUA no leste do Camboja e Laos; a campanha britânica de contrainsurgência na Malásia; os golpes de Estado norte-americano no Irã, em 1953, e na Guatemala, em 1954; a campanha de desestabilização do governo Allende no Chile (1970/73), elaborada pelos EUA; o assassinato de lideranças palestinas executado pelo serviços secretos nos anos 1980; o afundamento do navio *Rainbow Warrior*, do grupo *Greenpeace*, pelo serviço secreto francês, o DGSE; as armas clandestinas que os EUA venderam ao Irã, em 1986; as rádios *Free Europe e Liberty*, estabelecidas clandestinamente pela CIA na Europa, em 1949 e 1951 (CEPIK, 2003).

Tais ações são amplamente usadas pelos países por intermédio de seus serviços secretos. Apesar disto, é muito difícil apontarmos com precisão essas ações em andamento atualmente, visto que o segredo é essencial para o sucesso da operação e só temos noção perfeita quando documentos confidenciais se tornam públicos. Por exemplo, temos a explosão que ocorreu na Base de Alcântara e destruiu o foguete brasileiro VLS-1 V03. Alguns estudiosos deduzem que uma ação encoberta ocasionou o acidente, apesar da falta de provas.

Outro ponto relevante é que as técnicas descritas anteriormente (desinformação, *deception e* operações psicológicas) são usadas pelas ações encobertas.

A seguir, veremos como essas ações são realizadas de acordo com as duas teorias mais conhecidas das relações internacionais, o realismo e o liberalismo. Tal percepção é importante, pois, como afirma Brito (2013, p. 278), “os instrumentos de poder podem ser utilizados a partir de diversas concepções sobre como o mundo funciona, dentro do espectro realista ou liberal e suas subgradações ideológicas”.

### **3 Realismo**

Está focado em dois pontos-chave: poder e conflito — ambos, para os realistas, conceitos fundamentais para entender as relações entre os Estados. Segundo esta concepção, o homem vive em um “estado de natureza”, egoísta e individualista, anarquia simbolizada pelo Leviatã de Thomas Hobbes.

A teoria remonta à Grécia Antiga, mais especificamente à Guerra do Peloponeso, descrita por Tucídides em seu relato. Ele afirma que a causa da guerra foi “o temor que sentiam os peloponésios em relação ao crescimento do poderio ateniense.” (TUCÍDIDES, 1999, p. 228).

Muitos estudiosos entenderam o mundo pela ótica do realismo, como Max Weber, E. H. Carr, Hans Morgenthau, e, seguindo a mesma ideia, mas em outras vertentes, temos Kenneth Waltz, John Mearsheimer, Randal Schweller, Joseph Grieco e Christopher Layne. De acordo com esses autores, podemos dividir o realismo em Clássico, Estrutural, Neorrealismo e Realismo da Escolha Racional.

Por conseguinte, podemos entender o realismo como o Estado enquanto principal ator nas relações internacionais, calculando o custo-benefício de suas ações, sendo o poder e a força primordial desta ideia. Os “realismos” diferem em seus aspectos internos e externos. O último, regido pela anarquia, exige atenção exclusiva em dois pontos: poder e segurança, ideia abordada por Sarfati (2000) quando lista algumas lições deixadas por Tucídides, que demonstram a base do realismo. Tais lições são: os Estados buscam maximizar e balancear seu poder; poder é expresso por meio de ações ideológicas; os Estados têm na cooperação e nas leis algo secundário; e os Estados têm a busca de seus interesses e a segurança como algo primordial. De maneira geral, as vertentes do pensamento realista comungam dessas ideias mudando pequenos pontos de um para outro, sobre a mesma base.

Destarte, poderíamos abstrair três pontos essenciais para este trabalho: o Estado se empenha em maximizar sua força e conseqüente influência na política internacional. Portanto, é forçado a permanecer no tabuleiro internacional de duas maneiras —fortalecendo-se através do poder militar ou aliando-se a outros Estados. A opção pelo isolacionismo se torna a mais prejudicial.

O segundo ponto seria o conflito como circunstância inevitável, que resulta na necessidade de obter informações para subsidiar decisões contra possíveis países adversários. Neste sentido, Carr (SARFATI, 2000) apresenta três categorias de poder: militar (*high politics*), econômico (*low politics*) e o poder sobre a opinião, que podemos entender como o de persuadir. Tais categorias estão unidas, atuam conjuntamente. Em vista disto, operações de influência em outro Estado, quase como regra, terão apoio do poder militar.

O terceiro e último ponto diz respeito às decisões dos Estados, que devem se justificar racionalmente, e para tanto precisam estar bem-informadas. Esta necessidade fez o realismo impulsionar as agências de inteligência:

Em função da percepção dessa carência informacional, a lógica realista influenciou na conformação de agências para sanar essa deficiência. Ao final do séc. XIX e início do séc. XX diversas estruturas de inteligência governamental foram criadas com o objetivo de auxiliar o Estado e seus exércitos a tomarem informações do adversário, auxiliando nos cálculos acerca da vantagem de se ir à guerra ou não (BRITO, 2015, p. 288).

As agências secretas ganharam importante função no aparato de segurança internacional do Estado, de modo que hoje é praticamente impossível um ator político conseguir hegemonia, legitimidade e poder sem um aparato de inteligência atuante, treinado e experiente. Aperfeiçoaram-se várias técnicas de coleta de informações, tais como *Humint*<sup>9</sup>, *Sigint*<sup>10</sup>, *Imint*<sup>11</sup>, *Masint*<sup>12</sup> e *Osint*<sup>13</sup>. Os governantes que entendem o realismo como retrato mais fiel do sistema internacional utilizam meios mais intervencionistas para buscar seus objetivos, e ações cada vez mais elaboradas tornam-se essenciais nesse jogo político internacional.

### 3.1 Ações dos serviços de inteligência

Os realistas têm na intervenção militar e nas sanções econômicas o eixo para suas ações nas relações internacionais, e podem ser associados aos republicanos norte-americanos, como nos mostrou Brito (2015). Portanto, conjecturamos que as ações na política externa mudam de acordo com os partidos políticos da situação, conseqüentemente, a maneira de atuação dos serviços de inteligência também se modifica.

---

<sup>9</sup> Do inglês *Human Intelligence*, termo para descrever a inteligência obtidas por meio de seres humanos, como os espões tradicionais. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/HUMINT>. Acesso em: 3 nov. 2022.

<sup>10</sup> Acrônimo de *Signals Intelligence*, usado para descrever a atividade da coleta de informações ou inteligência através da interceptação de sinais de comunicação entre pessoas ou máquinas. Disponível em: [://pt.wikipedia.org/wiki/SIGINT](https://pt.wikipedia.org/wiki/SIGINT). Acesso em: 3 nov. 2022.

<sup>11</sup> *Imagery intelligence* é uma disciplina de coleta de inteligência em que imagens são analisadas para identificar informações de valor de inteligência. As imagens usadas para fins de inteligência de defesa geralmente são coletadas por satélite ou fotografia aérea. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Imagery\\_intelligence](https://en.wikipedia.org/wiki/Imagery_intelligence). Acesso em: 3 nov. 2022.

<sup>12</sup> Sigla para *Measurement and Signatures Intelligence*, descreve a inteligência de coleta através da obtenção de medidas e assinaturas de eventos, como explosões atômicas. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/MASINT>. Acesso em: 3 nov. 2022.

<sup>13</sup> Sigla para *Open Source Intelligence*, ou Inteligência de Fontes Abertas, é o termo usado para descrever a inteligência obtida através de dados disponíveis para o público em geral, como jornais, revistas científicas e emissões de TV. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/OSINT>. Acesso em: 3 nov. 2022.

É possível relacionar alguns fatores importantes das ações dessas agências, começando pela coleta de informações em massa, que pode funcionar através de *Osint* ou *Humint*. Contudo, também pode ser aplicada de modo mais intervencionista, como por interceptação de sinais e correspondência.

Outros fatores são as ações encobertas com intuito de desestabilizar os governos dos Estados adversários, a exemplo dos EUA na intervenção no Irã em 1953. Esta ação transparece bem o pensamento realista quando a comparamos aos escritos de Tucídides em relação a equilíbrio de poder.

Nesse caso específico, o Irã nacionalizou as petrolíferas comandadas por empresas norte-americanas e inglesas. Os EUA, através da CIA, intervieram no governo iraniano mediante operação chamada AJAX (PETHERICK, 2007 apud LAGO, 2018), cuja principal ação era desestabilizar o governo iraniano para depor o presidente e em seu lugar assumir alguém mais alinhado com os interesses norte-americanos. A operação durou de abril até agosto, e sua ação principal, mais visível, foi o patrocínio de protestos da população contra o governo. Como sabemos, essa ação obteve sucesso em derrubar Mohammad Mossadegh e colocar Shah Reza Pahlevi no poder.

A ação encoberta empreendeu forte campanha psicológica contra Mossadegh através da propaganda como instrumento de disseminação da desinformação, propagandas do tipo cinza, com o artifício do suborno. Os subornos eram direcionados aos altos membros das Forças Armadas e do Parlamento, e a propaganda, à população. A mídia também foi comprada, ao ponto de “quatro quintos dos jornais de Teerã” trabalharem a favor da CIA (KINZER, 2004). Deste modo, formou-se uma bolha de notícias a divulgar somente o que era do interesse norte-americano, na cúpula do poder estavam todos comprados e a população seguia bombardeada por desinformação, induzida a uma percepção equivocada da realidade.

Outro exemplo conhecido foi a atuação dos EUA no golpe militar de 1964, do qual existem documentos desclassificados mostrando como foram as ações e como seriam outras tantas no decorrer de 1964. Segundo Soares (2016, p.41):

Dentro desse contexto, o Governo americano, por intermédio de seu serviço secreto, praticou inúmeras intervenções (ações encobertas) para facilitar a queda do Presidente João Goulart. Isso porque os EUA temiam uma revolução socialista em terras brasileiras e que o Brasil se tornasse a China dos anos 60. O que desponta para o período é a grande quantidade de publicações americanas já desclassificadas que registram a participação direta da CIA na queda de Jango com a realização de operações encobertas no Brasil.

Gesteira (2009) também detalha os pontos principais dessa operação e a preocupação dos EUA em negar autoria/responsabilidade, algo típico em operações deste nível. Alguns documentos mostram a preparação para apoio material com foco nas operações paramilitares, como veremos a seguir, no telegrama de 31 de março de 1964, do secretário de Estado, Dean Rusk, para o embaixador Gordon, que diz: “[...] Washington teria resolvido mobilizar imediatamente uma força tarefa naval para tomar posição na costa do Brasil. Nesta frota iriam navios-tanque com ‘POL’ (abreviação para Petróleo, Óleo e Lubrificantes), 110 toneladas de munições e outros equipamentos inclusive ‘CS agent’, um gás especial para controle de distúrbio.” (EUA, 1964-a apud GESTEIRA, 2009, p. 36).

Outra ação relatada é a dos agentes de influência observados nessa época. Segundo Gesteira, gastaram-se mais de US\$ 5 milhões em campanhas de candidatos que se mostravam simpáticos ao governo americano e contrários a Goulart, em que se notava aumento da propaganda ideológica contra o comunismo. Nesse período, pagaram-se viagens para os EUA pelo governo norte-americano para influenciar a opinião de brasileiros, entre políticos, líderes e pessoas influentes em alguma esfera da sociedade brasileira.

Os EUA também usaram meios de comunicação brasileiros em sua campanha de influência. Gesteira (2009, p. 39) acredita que “[...] ocorreu, nos anos 1960, manipulação da mídia brasileira.”.

Outro artifício empregado usou programas de intercâmbio de cujos alvos eram professores e estudantes brasileiros, com intuito de influenciar atuais e futuros formadores de opinião.

Por fim, os militares também foram cooptados pelas ações norte-americanas, porquanto os EUA acreditavam se tratar de uma “[...] ferramenta capaz de assegurar a estabilidade da região e estavam sujeitos à influência dos Estados Unidos, diferentemente de outros grupos sociais” (FICO, 2008, p. 40 apud GESTEIRA, 2009, p. 43).

Por conseguinte, vemos que as atuações nesses cenários são mais incisivas para dominação do país-alvo, por vezes através do investimento de muito dinheiro, recursos e agentes. Apesar de o Brasil não ser um adversário direto dos EUA, este temia a chegada dos comunistas ao poder em nosso território, de maneira que se tornasse uma “nova China” (GESTEIRA, 2009). Concluímos que o realismo precisa de informações para tomar as melhores decisões com o fito de influenciar o país-alvo. Quando essas ações são tão intrusivas, o erro tem que ser mínimo e as informações de quem são os alvos naquele Estado devem ser exatas. É necessário e fundamental entender a cultura para poder influenciar e mudar sua visão.

Vislumbra-se também o nível estratégico através de imprescindíveis relatórios de estimativas, Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 50-67, jul./dez.2022

de cenários, embora as conjunturas complexas de outras nações dificultem/comprometam a exatidão dessas previsões.

Brito (2015, p. 289) diz que “mediante ações encobertas diversas intervenções foram feitas em outras nações objetivando desestabilizar seus governantes, imbuídos de uma lógica realista, buscando o equilíbrio de poder.”.

#### 4 Liberalismo

O liberalismo tem como premissas importantes em sua concepção a cooperação internacional, os direitos individuais, o livre-comércio e a implementação de instituições democráticas. John Locke é considerado o “pai do liberalismo” e exerce grande influência nas teorias liberais. Locke acreditava que os homens não são ruins em sua essência, nascem iguais, de modo que compartilham interesses e vontades, buscam paz e liberdade.

Na teoria liberal existe um foco nas instituições baseado no contrato social do próprio Locke. Os liberais entendem que os indivíduos transferem seus poderes para as instituições e estas os defendem por meios punitivos, na relação entre o governo (instituição) e o povo (indivíduo). Isto faz os indivíduos buscarem regras comuns para se integrarem e conviverem harmonicamente.

Outro pensador importante é Immanuel Kant, que tem no liberalismo republicano a representação de seus pensamentos. Conforme sua teoria, quando os Estados são liberais democráticos é possível ter respeito pelas liberdades individuais, a guerra entre os Estados dificilmente aconteceria (entre dois Estados liberais democráticos) e existiria um respeito maior entre os pares.

No liberalismo, há vários autores importantes em diversas vertentes/dimensões, porém, existe uma base de princípios em que praticamente todos os liberais se apoiam: a natureza humana é positiva; a cooperação é possível devido ao direito internacional e à reciprocidade dos atores globais; novo debate sobre a anarquia e a oportunidade que esta gera para criar a cooperação entre os atores internacionais, estabelecendo o debate sobre governança global; história, ciência e tecnologia são lineares, visto que carregam a percepção de evolução, aperfeiçoamento das ideias/teorias e ajudam a comunicação entre os atores internacionais, colaborando à cooperação entre eles.

Doyle (SARFATI, 2000) divide o liberalismo em: *Pacifista*, que tem na democracia e no capitalismo propulsores para paz; *Imperialista*, baseia-se em Maquiavel e reivindica para o povo o controle sobre os governantes, bem como autonomia para formação de um exército

popular; e o *Internacionalista*, cujo pensador central é Kant, e seus dois pontos fundamentais são o republicanismo democrático e a união dos Estados liberais. Kant acreditava que não haveria guerra entre Estados liberais democráticos.

Outros autores apresentam ainda o *Liberalismo Sociológico*, dedicado ao estudo do processo decisório com uma visão mais pluralista do Estado; o *Liberalismo da Interdependência*, que leva em conta a dependência econômica e mútua entre os atores internacionais, a ponto de o conflito ser pouco provável; e o *Liberalismo Institucional*, o qual valoriza as organizações internacionais, visto que os Estados buscam ferramentas de cooperação nessas instituições.

Moravcsik (SARFATI, 2000) nos apresenta três vertentes do modelo liberal: o ideacional, o comercial e o republicano. O liberalismo ideacional exprime que a base para o conflito e a cooperação são os valores e as identidades sociais domésticas, ditando as preferências estatais. O liberalismo comercial tem como foco a coerção econômica e o comércio como fonte de riqueza, a partir da ideia do comércio como maneira menos dispendiosa de acumular riqueza, comparado à guerra. O liberalismo republicano diz que as representações domésticas têm peso na política externa do Estado. Esta pode favorecer grupos domésticos e a coalizão do governo.

Entendemos que o liberalismo busca a cooperação para evitar conflitos, seus princípios o alinham aos modelos democráticos e de livre-comércio. Deste modo, o liberalismo prima pela cooperação, da qual decide aumentar ou diminuir o nível de colaboração e confiança entre os Estados através de informações coletadas.

As informações não seriam para ter vantagem nos conflitos, mas para diminuir a desconfiança e auxiliar a construção de instrumentos de paz e cooperação entre as nações, a partir de dois importantes pontos, a saber — o desenvolvimento e a integração tecnológica — para favorecer o aumento da obtenção e análise de informações pelos serviços secretos.

A maior quantidade de dados disponíveis para os serviços de inteligência analisarem facilitaria traçar acordos econômicos, assinar tratados e sancionar leis internacionais, porquanto um país saberia o que outro quer e a desconfiança diminuiria paulatinamente. Cepik (2003) remonta a tal função dos serviços secretos, de “monitorar os alvos e ambientes externos prioritários para reduzir a incerteza e aumentar o conhecimento e confiança, especialmente no caso de implementação de tratados e acordos internacionais sem mecanismos de inspeção in loco” (CEPIK, 2003, p. 65).

#### 4.1 Ações dos serviços de inteligência

Podemos concluir que os liberais primam pela integração, porém, isto não significa dizer que o serviço de inteligência não pode agir mais diretamente. Ações encobertas seriam malvistas, pois a confiança mútua é importante. Não obstante, as ações psicológicas e de propaganda seriam amplamente utilizadas nesse contexto:

[...] Portanto, sob a égide liberal, a integração informacional possibilitaria a obtenção por parte dos serviços de inteligência de informações relevantes à construção do processo de paz. Por outro lado, também potencializaria operações psicológicas e de influência permanentes sobre um Estado rival, em que se tentaria cooptar setores sociais para assumir perspectivas e valores distintos do original (BRITO, 2015, p. 298).

As operações psicológicas teriam a função de levar aos cidadãos dos outros Estados valores, ideias e ideologias mediante filmes, cursos, livros e revistas, com o intuito de moldar-lhes a percepção em favor do Estado com maior influência. Como apresentado no trabalho de Lago (2018, p. 89), “além de entretenimento e instrumento para a investigação científica, o cinema pode ser entendido **como propaganda para imprimir na opinião pública os juízos e compreensões da realidade pretendidos pela produção**” (grifo nosso).

Um exemplo disso é a influência norte-americana sobre a cultura dos países ocidentais. *Argos*, premiado como melhor filme na 85ª edição do Oscar, em 24 de fevereiro de 2013 (LAGO, 2018), remonta à intervenção dos EUA no Irã em 1953. A extração de diplomatas americanos que conseguiram fugir da embaixada dos EUA durante a invasão de populares iranianos é retratada de maneira heroica. Segundo relatos de personagens envolvidos, a situação diferiu da apresentada no filme, que minimizava o contexto dos fatos que culminaram na invasão da embaixada. Além disto, o embaixador canadense à época, Nick Logan, um dos líderes da operação, relata que os diplomatas canadenses tiveram participação decisiva e importante, muito mais que a própria CIA (LAGO, 2018).

De acordo com Lago (2018, p. 93), o filme quer mostrar “um Irã bruto e irracional contra um Estados Unidos culto e civilizado”, promovendo a vitimização dos EUA no roteiro.

É possível fazer um paralelo entre as duas ações: uma mais intervencionista no Irã, no contexto realista de 1953, e outra mais persuasiva em um contexto liberal, em 2012. Fato interessante é que, em 1953, o presidente norte-americano era o republicano Dwight D. Eisenhower, enquanto em 2012, ano da estreia de *Argos*, o presidente era o democrata Barack Obama.



*Facebook, Instagram, Twitter* e outras plataformas de redes sociais podem ser canais para esse tipo de ação. Uma pesquisa de Brito (2015) envolveu 689.003 usuários do *Facebook* e revelou as reações distintas sobre as notícias disponibilizadas nas páginas pessoais dos participantes do estudo. A partir do teor das notícias do *feed*, os pesquisadores analisaram se o contágio emocional funcionaria pela internet e se as pessoas se expressariam mais por notícias positivas ou negativas. Quando os pesquisadores reduziam as notícias positivas, os usuários reproduziam menos mensagens positivas, igualmente ocorria com as mensagens negativas.

“Ao manipular as percepções de mais de meio milhão de usuários, os pesquisadores demonstraram que as operações psicológicas e de decepção se tornaram, em alguns aspectos, mais fáceis de serem realizadas do que em meados do século passado” (BRITO, 2015, p. 300).

Conclui-se que, na perspectiva liberal, o serviço de inteligência agiria de maneira mais branda, porém, permanente, ao manipular a percepção sobre a população (operações psicológicas) ou sobre os governantes (operação de *deception*) de modo constante.

## 5 Considerações finais

As ações da política externa de um país, e, conseqüentemente, as do serviço de inteligência, podem mudar conforme o político da situação. Enquanto as ações dos realistas são mais intervencionistas, tanto militar quanto economicamente, os liberais preferem um viés mais informacional e cultural.

No âmbito realista, a tendência é agir com maior ingerência sobre o governo-alvo, geralmente a fim de influir de modo mais radical. O realismo percebe a todos como inimigos em potencial, logo, considera pertinente proceder com rigidez.

Os liberais tendem à cooperação, à influência mais branda, pois acreditam no comércio forte para manter vínculos com seus Estados parceiros, em vez do conflito armado. A busca por informações também se torna mais fácil porque os países não se enxergam como inimigos, mas visualizam a anarquia do contexto internacional como oportunidade para concretizarem e fortalecerem seu relacionamento. Apesar disso, em ambos os casos os serviços de inteligência trabalham para obter informações e influenciar outros países.

Diante do exposto, o investimento nessa área é essencial para qualquer país que se coloque como grande *player* no cenário mundial, de modo que a influência ou intervenção adversa seja à mínima possível dentro de suas fronteiras.

## Referências

BRITO, Vladimir de Paula. **Poder informacional e desinformação**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2015.

CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, 2000.

GESTEIRA, Rodrigo Benjamim. **Operações Encobertas no Brasil**. 2009. Monografia (Especialização em Inteligência de Estado e Seguran) — Centro Universitário Newton Paiva. Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

KINZER, Stephen. **Todos os homens do xá**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LAGO, Tales Lanfredi; JUNIOR, Ademar Pozzatti. O uso político do filme “Argo” e as violações de direito internacional no contexto histórico entre os Estados Unidos e o Irã. *In*: MARCHIORI NETO, Daniel Lena; MOREIRA, Felipe Kern; FERREIRA, Luciano Vaz (orgs.). **Estudos em Relações Internacionais**. Rio Grande: Ed. da Furg, 2018. (Relações Internacionais; v. 1). p. 76.

RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. Alexandre, “O Grande” e a informação para o planejamento estratégico. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 74-85, 2007.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2000.

SOARES, João Paulo Ladeira. **Contrainteligência e Ações Encobertas no Brasil**. 2016. Monografia (Especialização em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública) — Centro Universitário Newton Paiva. Associação Internacional para Estudos de Segurança e Inteligência, Belo Horizonte, 2016.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Livro I. Tradução e apresentação de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. Edição bilíngue. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 228 p.